

# A DEMOCRATIZAÇÃO COMO PEDAGOGIA DA SOCIEDADE NO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE

Vânia Medeiros Gasparello<sup>1</sup>

## Resumo

O presente texto destaca a problemática da democracia na nossa sociedade, no intuito de afirmar a centralidade desse conceito na obra de Paulo Freire. Mais especificamente, a ideia é evidenciar a coerência do seu pensamento com os princípios e ações que nortearam as ações empreendidas por Freire quando assumiu a administração da rede municipal de educação da cidade de São Paulo. Assim, nesse momento em que, mais uma vez, comemoramos a existência desse ser humano e desse educador extraordinário e singular, entendemos que recuperar alguns dos eixos que nortearam sua ação como gestor público da educação pode nos ajudar a repensar alguns dos dilemas e desafios que ainda atravessam os nossos sistemas de ensino na sua luta por garantir uma educação pública radicalmente democrática e de qualidade para todos os brasileiros/as.

**Palavras-chave:** Democracia; pensamento freireano; gestão pública da educação.

---

<sup>1</sup> Professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.

## Introdução

*E nós estamos ainda no processo de aprender como fazer democracia. E a luta por ela passa pela luta contra todo tipo de autoritarismo (Freire, 2000a, p. 136).*

Falar no pensamento e na prática de Paulo Freire seja enquanto intelectual, educador, Secretário Municipal de Educação, seja enquanto ser humano é estar falando de uma práxis pedagógica-política e epistemológica profundamente democrática. Sua obra e sua vida testemunham a sua clara opção política contra qualquer tipo de autoritarismo, desrespeito, injustiça e desigualdades. Freire percebe que a democracia não acontece por decreto, ou seja, por uma concessão de uma autoridade que se autointitula democrática. Para Freire, a democracia, a liberdade e a autonomia se configuram como processos coletivos que exigem respeito e diálogo entre todos que participam dessa caminhada. Um processo que faz parte da própria humanização do ser humano, da sua vocação para ser mais. Uma vocação que atua em condições concretas e que na sua práxis vai partejando o novo, já que o ser humano é um ser molhado de história, como gostava de dizer, ou seja, “...um ser finito, limitado, inconcluso, mas consciente de sua inconclusão. Por isso, um ser ininterruptamente em busca, naturalmente em processo” (FREIRE, 2001, p.18).

Nesse sentido, é importante resgatar a teoria e a prática de Paulo Freire num momento em que estamos vivenciando um cenário político-social extremamente antidemocrático, excludente, no qual a liberdade é apenas entendida como liberdade de mercado. Quando a ideologia neoliberal está sendo veiculada como o único discurso

possível. Quando os governantes continuam a desrespeitar a coisa pública, os(as) professores(as), os alunos pobres e os trabalhadores da educação. Quando a democracia da sociedade e a autonomia da escola e dos seres humanos continuam a ser um sonho:

Um desses sonhos para que lutar, sonho possível mas cuja concretização demanda coerência, valor, tenacidade, senso de justiça, força para brigar, de todas e de todos os que a ele se entreguem, é o sonho por um mundo menos feio, em que as desigualdades diminuam, em que as discriminações de raça, de sexo, de classe sejam sinais de vergonha e não de afirmação orgulhosa ou de lamentação puramente cavilosa. No fundo, é um sonho sem cuja realização a democracia de que tanto falamos, sobretudo hoje, é uma farsa (FREIRE, 2001, p.25).

Uma das formas de lutar por esse sonho é reafirmar o caráter democrático do pensamento e da práxis, tornando público que é possível pensar e atuar de uma forma diferente da ideologia e da prática neoliberal. Foi o que fez Paulo Freire quando assumiu a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, de 1989 a 1991.

Sabemos que a questão da democracia não é uma questão nova. Desde a Antiguidade esse debate está presente na cena política e nos escritos daqueles que procuraram descrever e/ou refletir sobre determinadas práticas sociais. Segundo Bobbio (1994, pp. 37-38):

É inegável que historicamente ‘democracia’ teve dois significados prevalecentes, ao menos na origem, conforme se ponha em maior evidência o conjunto das regras cuja observância é necessária para que o poder político seja efetivamente distribuído entre a maior parte dos cidadãos, as assim chamadas regras do jogo, ou o ideal em que um governo democrático

deveria se inspirar, que é o da igualdade. À base dessa distinção costuma-se distinguir a democracia formal da substancial, ou, através de uma outra formulação, a democracia como governo do povo da democracia como governo para o povo.

Dessa situação, decorre a importância quando já se passaram cerca de duas décadas da experiência de Freire atuando diretamente na gestão pública da educação de melhor situar sua compreensão da democracia como forma de apreender os sentidos políticos abertos pela pedagogia de Freire na atual conjuntura societária.

### **Por uma democracia substantiva e radical**

Nunca é demais lembrar: a sociedade capitalista moderna se autodenominou democrática, afirmando a defesa dos princípios de liberdade, igualdade e fraternidade. Contudo, essa democracia é apenas formal, na medida em que estes três princípios, na prática, só são válidos para aqueles que fazem parte do mundo ocidental da minoria burguesa, branca e masculina heterossexual. Ou seja, a liberdade é vista apenas como liberdade de mercado, no qual só aqueles/as que detêm o poder econômico possuem também o poder de opção e de decisão. A desigualdade de oportunidades econômicas, políticas, sociais e culturais é uma das grandes marcas da nossa época.

O surgimento do neoliberalismo após a Segunda Guerra e sua posterior consolidação a partir da década de 1980 trazem consigo um formidável ataque contra o igualitarismo e a 'solidariedade coletivista' em quaisquer de suas formas: desde a aparentemente

mais benigna, o ‘Ministério do Bem-estar’ das sociais-democracias européias, até a mais virulenta (a juízo dos ideólogos neoliberais) corporificada no ‘modelo soviético’ vigente na União Soviética e nos países do Leste Europeu. Ambas as variantes, nas palavras de Hayek, se movimentavam em prol de um mesmo objetivo: a construção de uma sociedade de iguais. Eram, por isso, rotas alternativas que desembocavam em um mesmo desastre civilizatório: a servidão moderna (BORON, 2000, p.55).

Em relação à fraternidade, podemos dizer que ela sempre foi uma palavra meramente formal, sem significado, ausente do conjunto de práticas dominantes da vida social desde o início do capitalismo. E nesses tempos neoliberais se tornou ainda mais sem sentido, na medida em que “... o capitalismo agora aparece como o inocentamento da economia, como a essência ‘naturalmente’ egoísta e aquisitiva do homem” (BORON, 2000, p.52). Dessa maneira, essa pretensa natureza humana egoísta não combina com gestos fraternos e solidários, mesmo que, na vida cotidiana, que é complexa e contraditória, possamos perceber exemplos de egoísmo e de solidariedade. O problema que se coloca é que o individualismo e as ações egoístas têm sido amplamente justificados nessa ideologia neoliberal. Como, então, lutar por uma democracia substantiva? Considero que inicialmente o conceito dessa democracia que queremos deve ficar mais claro.

Um lugar exemplar dessa clareza pode ser alcançado justamente na obra de Paulo Freire, na qual a democracia emerge como uma prática de sujeitos autônomos, livres, com igualdade de direitos e deveres, mas também fraternos, solidários, amorosos. Falar, portanto, em democracia não se esgota nas questões de

representatividade, pois a participação nas questões políticas e sociais no mundo em que vivemos é também de fundamental importância.

Dessa ótica, a democracia não é uma doação de alguém, seja de um governante, de um partido político ou ainda de uma burocracia estatal. Uma utopia? Talvez. Mas não é possível “... sequer pensar em transformar o mundo sem sonho, sem utopia, sem projeto. (...) Os sonhos são projetos pelos quais se luta” (FREIRE, 2000b, p. 53-54). Em toda a obra de Paulo Freire encontramos a defesa de uma ação libertadora, dialógica, em que: “Falar, por exemplo em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanização e negar os homens é uma mentira” (FREIRE, 1981, p.96). Ou seja, para Freire a tarefa de todo ser humano é ser mais, é se humanizar, é se tornar senhor de si, autônomo, consciente, sujeito da história. No entanto, ele não confunde autonomia com auto-suficiência, pois sempre afirmou que ninguém se liberta sozinho, e sim que os homens se libertam em comunhão. Mais ainda:

A libertação, por isto, é um **parto**. E um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a **libertação de todos**. A superação da contradição é o parto que traz ao mundo êste homem novo, não mais opressor; não mais oprimido, **mas homem libertando-se** (FREIRE, 1981, p.36; grifos meus).

Freire indica, assim, o caráter processual da libertação e da democratização. Esse processo não pode apenas ser uma luta individual ou de um determinado grupo social, embora possa e/ou deva começar por um certo grupo - o dos oprimidos, ou o das chamadas minorias - mas tem que ser um processo coletivo de libertação, de todos e para todos. Assim:

As chamadas minorias, por exemplo, precisam reconhecer que, no fundo, elas são a maioria. O caminho para assumir-se como maioria está em trabalhar as semelhanças entre si e não só as diferenças e assim, criar a unidade na diversidade, fora da qual não vejo como aperfeiçoar-se e até como construir-se uma democracia substantiva, radical (FREIRE, 1994, p.154).

É a partir dessa percepção, da unidade na diversidade, coerente com toda a sua obra, que Freire fala de democracia enquanto “...uma criação histórica que implica decisão, vontade política, mobilização, organização de cada grupo cultural com vistas a fins comuns. (...) Que demanda uma nova ética fundada no respeito às diferenças” (FREIRE, 1994, p. 157). Que demanda uma ética democrática. Por essa razão, a pedagogia freireana que foi nomeada por ele em diferentes momentos de pedagogia do oprimido, pedagogia da autonomia, pedagogia da esperança, etc., continuou sempre a ser uma pedagogia:

que tem de ser forjada com ele (o oprimido) e não para ele, enquanto homens ou povos, na luta incessante de recuperação de sua humanidade. Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará (FREIRE, 1981, p. 32).

E nesse sentido um dos grandes equívocos que Freire acentua é a:

Desconfiança de que o povo seja capaz de pensar certo. De querer. De saber.(...) Comportam-se, assim, como quem não crê no povo, ainda que nele falem. E crer no povo é condição prévia, indispensável, à mudança

revolucionária. Uma revolução se reconhece mais por esta crença no povo, que o engaja, do que por mil ações sem ela (FREIRE, 1981, p. 51).

Fica claro, portanto, o comprometimento desse autor com o povo, com os oprimidos, com as minorias, com os que mais sofrem com a falta de democracia na sociedade. Trata-se de um comprometimento radical porque não pretende lutar pela sua libertação sem eles, mas com eles. Essa questão é central na práxis freireana, pois “se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho, também não é libertação de uns feita por outros” (FREIRE, 1981, p.58). Essa práxis exige confiança no povo; exige que todos sejam sujeitos no processo de libertação e democratização da sociedade.

Assim, quando Freire fala em pedagogia, ele não está falando apenas das relações que se estabelecem na escola e na sala de aula. A sua pedagogia está relacionada a todo o cenário de opressão social e de falta de democracia que estamos apontando. Toda educação é política, assim como toda política é educativa. Não existe espaço aqui para a neutralidade. Portanto, o seu método dialógico, problematizador, não é apenas um método ou uma teoria pedagógica, mas uma práxis que tem como objetivo libertar a opressão atuante na nossa sociedade:

Todo o nosso esforço neste ensaio foi falar desta coisa óbvia: assim como o opressor para oprimir, precisa de uma teoria da ação opressora, os oprimidos para libertar-se, igualmente necessitam de uma teoria de sua ação (FREIRE, 1981, p. 217).

Essa teoria da ação dialógica defende uma praxis mais democrática, seja na escola ou nas diversas relações sociais nas quais



os seres humanos atuam, capaz de romper com esquemas verticais de relações, com relações autoritárias.

Para Freire, é o diálogo que restabelece o direito do ser humano pronunciar o mundo, transformá-lo e se humanizar. O diálogo pressupõe compromisso com os homens, um compromisso amoroso, ético, humilde, grávido de fé e de esperança na humanidade e nas suas possibilidades de libertação e de democratização. Portanto, a pedagogia de Freire não pode ser percebida apenas como uma crítica à educação bancária, tradicional e autoritária, ou como um método de alfabetização, mas também como uma práxis que comporta uma ética pedagógica-política e epistemológica profundamente democrática:

O respeito à autonomia e a dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros. (...) É nesse sentido também que a dialogicidade verdadeira, em que os sujeitos dialógicos aprendem e crescem na diferença, sobretudo, no respeito a ela, é a forma de estar sendo coerentemente exigida por seres que, inacabados, assumindo-se como tais, se tornam radicalmente éticos. É preciso deixar claro que a transgressão da eticidade jamais pode ser vista como virtude, mas como ruptura com a decência. O que quero dizer é o seguinte: que alguém se torne machista, racista, classista, sei lá o quê, mas se assuma como transgressor da natureza humana. Não me venha com justificativas genéticas, sociológicas ou históricas ou filosóficas para explicar a superioridade da branquitude sobre a negritude, dos homens sobre as mulheres, dos patrões sobre os empregados. Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar (FREIRE, 1996, pp. 66-67).

Esse posicionamento pôde ser observado na sua práxis política-administrativa enquanto homem público <sup>2</sup>, quando assumiu a Secretaria Municipal de Educação da cidade de São Paulo. Lutando por uma administração política-pedagógica democrática

No governo municipal, aproveito o poder que dele decorre para realizar, no mínimo, parte do velho sonho que me anima. O sonho de mudar a cara da escola. O sonho de democratizá-la, de superar o seu elitismo autoritário, o que só pode ser feito democraticamente. Imagine você se eu pretendesse superar o autoritarismo da escola autoritariamente (FREIRE, 2000a, p.74).

É bom lembrar que a administração de Freire na Secretaria Municipal de Educação aconteceu quando o Partido dos Trabalhadores assumiu pela primeira vez a Prefeitura da cidade de São Paulo, e com uma mulher, nordestina, Luíza Erundina, assumindo o cargo de Prefeita. Essa conjuntura política nos faz recordar uma feliz expressão desse autor: o inédito viável <sup>3</sup>. E foi nesse contexto inédito e grávido de possibilidades que Paulo Freire se comprometeu, mais uma vez, com os oprimidos, com as minorias, com a democratização da escola

<sup>2</sup> A sua atuação como Secretário Municipal de Educação de São Paulo não foi a primeira vez que assumiu um cargo dessa natureza. Freire atuou em vários momentos na vida pública: a superintendência do SESI (Serviço Social da Indústria), a participação nos governos de Miguel Arraes (em Pernambuco), a direção do Departamento de Extensão Cultural da Universidade de Recife, a presidência da Comissão Nacional de Cultura Popular e a coordenação do Plano Nacional de Alfabetização de Adultos (ambas durante o governo Goulart); a assessoria à outros governos quando esteve exilado, etc.

<sup>3</sup> Expressão utilizada por Freire em “Pedagogia da Esperança” e explicada em nota por Ana Maria Araújo Freire. Em outro livro, fruto de um seminário da Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, “Utopia e Democracia na Educação Cidadã”, 2000, José Clóvis de Azevedo, Pablo Gentili et al (orgs), Ed. Da Universidade/UFRGS, Ana Maria Freire resgata esse termo num texto de sua autoria.

e da sociedade. Lutando “por uma escola competente, democrática, séria e alegre” (FREIRE, 2000, p. 35); uma escola, nas palavras de Lima (2000), pautada por uma concepção de organização e de escola que considera os indivíduos enquanto sujeitos do ato de organizar-se. Por isso, a marca da gestão de Paulo Freire, como Secretário Municipal de Educação de São Paulo, foi o seu caráter democrático coerente com a sua teoria e prática anteriores.

Portanto, a noção de escola pública popular, modelo político-pedagógico desta administração, está relacionada com a defesa de uma escola realmente democrática, que seja do povo e para o povo. É a luta por uma escola de qualidade para o povo, mas que todos que façam parte dessa escola tenham também poder de decisão sobre ela; mais uma vez, é a defesa da autonomia do ser humano, da escola, da sociedade. Uma autonomia que se desenvolve com os outros, e não de forma isolada; mais uma vez, é a luta contra qualquer tipo de autoritarismo, de “pacotes de cima para baixo”, tão frequentes nas relações das Secretarias de Educação com as escolas, ou mesmo das(os) diretoras(es) com os(as) professores(as), ou ainda em relação aos alunos e merendeiras, serventes, etc. O caráter democrático da sua administração pode ser percebido nos quatro objetivos que nortearam as suas ações (FREIRE, 2000, pp. 14-15):

- 1) Ampliar o acesso e a permanência dos setores populares – virtuais únicos usuários da educação pública;
- 2) democratizar o poder pedagógico e educativo para que todos, alunos funcionários, professores, técnicos educativos, pais de família, se vinculem num planejamento autogestionado, aceitando as tensões e contradições presentes em todo

esforço participativo, porém buscando uma substantividade democrática;

- 3) incrementar a qualidade da educação, mediante a construção coletiva de um currículo interdisciplinar e a formação permanente do pessoal docente;
- 4) finalmente, o quarto grande objetivo da gestão – não poderia ser de outra maneira – é contribuir para eliminar o analfabetismo de jovens e adultos em São Paulo.

### **A ampliação do acesso e a permanência dos setores populares na escola**

Apesar de na letra da lei aparecer que todo cidadão brasileiro tem direito à escola pública e de qualidade, sabemos que essa afirmativa é mais um exemplo da democracia formal que existe na nossa sociedade. Dessa maneira, em São Paulo, como nos outros estados e cidades brasileiras, a oferta de vagas ainda é insuficiente. E pior: daqueles que conseguem entrar na escola, muitos são “expulsos” dela, no dizer de Paulo Freire (2000a, pp. 50-51):

Em primeiro lugar, consideramos o número assombroso de crianças em idade escolar que “ficam” fora da escola, como se ficar ou entrar fosse uma questão de opção. São proibidos de entrar, como mais adiante muitas das que conseguem entrar são expulsas e delas se fala como se tivessem se evadido da escola. Não há evasão escolar, há expulsão.

Portanto, lutar pela ampliação e pela conservação do espaço público escolar é uma das metas da administração de Freire, mas também de qualquer administração pública que se comprometa com o povo. Nesse aspecto, um primeiro ponto a ser destacado, é que

devido ao caráter anti-democrático das gestões anteriores, que não respeitaram o espaço público, a gestão de Paulo Freire encontrou escolas em condições físicas bastante precárias, exigindo reparo e restauração imediatos, pois (FREIRE, 2000a, pp. 34-35):

... precisamos demonstrar que respeitamos as crianças, suas professoras, sua escola, seus pais, sua comunidade, que respeitamos a coisa pública, tratando-a com decência. Só assim podemos cobrar de todos o respeito também às carteiras escolares, às paredes da escola, às suas portas. Só assim podemos falar de princípios, de valores. O ético está muito ligado ao estético. Não podemos falar da boniteza do processo de conhecer se sua sala de aula está invadida de água, se o vento frio entra decidido e malvado sala a dentro e corta seus corpos pouco abrigados. Neste sentido é que reparar rapidamente as escolas é já mudar um pouco sua cara, não só do ponto de vista material, mas, sobretudo, de sua ‘alma’.(...) Reparar, com rapidez, as escolas é um ato político que precisa de ser vivido com consciência e eficácia.

Dessa forma, a democratização da escola está intimamente relacionada com a materialidade do espaço escolar. O material e o imaterial, o aspecto quantitativo e o qualitativo, o espaço escolar e a sua “alma”, não são polos distintos, separados, mas interligados e complementares. Respeitar a coisa pública é dar condições concretas e criar um ambiente bonito e interessante para que a comunidade escolar possa trabalhar, estudar, viver. A falta de condições materiais afeta a “alma” da educação também se manifesta na falta de respeito ao trabalho do professor através de seus baixos salários e dos escassos recursos materiais educativos disponíveis para o professor e o aluno. Outro problema que dificultava e muito as mudanças que

a sua administração desejava incentivar nas escolas era a burocracia escolar (FREIRE, 2000a, p.34):

Os mecanismos burocráticos que aí estão, o sem número de papéis – um tomando conta do outro – a morosidade com que andam de um setor ao outro, tudo contribui para obstaculizar o trabalho sério que fazemos.

Para Freire, uma administração democrática da educação impõe uma transformação radical da máquina burocrática. Nesse sentido, a sua gestão procurou alternativas para esses impasses, criando, por exemplo, frentes de trabalho para executar tarefas de uma forma mais rápida e correta, que envolvia pessoal de várias secretarias municipais. O que importa chamar a atenção aqui, é que a gestão de Freire não se intimidava com as dificuldades, mas percebia que a democratização e a mudança da escola era um processo que exigia muita luta e criatividade. Pois a burocracia era fruto de uma concepção de poder bastante distinta da autogestão escolar que o seu pensamento defendia e a sua equipe desejava implementar.

### **A democratização do poder pedagógico e educativo**

O objetivo de democratizar as relações de poder, no campo educacional, talvez seja um dos mais importantes e que mais diferenciam teórica e praticamente a administração de Freire. É a marca do respeito à autonomia do ser humano, à democratização do poder de participação e decisão a toda a comunidade escolar, é a marca da sua “democracia radical”. Assim, na sua gestão, foram implementados os conselhos de escola, tendo em vista que:

a participação não pode ser reduzida a uma pura colaboração que setores populacionais devessem e pudessem dar à administração pública. Participação ou colaboração, por exemplo, através dos chamados mutirões por meio dos quais se reparam escolas, creches, ou se limpam ruas ou praças. A participação, para nós, sem negar este tipo de colaboração, vai mais além. Implica, por parte das classes populares, um “estar presente na história e não simplesmente estar nela representadas”. Implica a participação política das classes populares através de suas representações no nível das opções, das decisões e não só do fazer o já programado. Por isso é que uma compreensão autoritária da participação a reduz, obviamente, a uma presença concedida das classes populares a certos momentos da administração. Para nós, também, é que os conselhos de escola têm uma real importância enquanto verdadeira instância de poder na criação de uma escola diferente. Participação popular para nós não é um slogan mas a expressão e, ao mesmo tempo, o caminho da realização democrática (FREIRE, 2000a, p.75)

Com o restabelecimento do Regimento Comum das Escolas, os conselhos, de caráter deliberativo, passaram a aprovar o plano escolar e a elaborar toda a política orçamentária da escola. Além disso, cada escola pôde gestar projetos “...pedagógicos próprios que com o apoio da administração possam acelerar a mudança da escola” (FREIRE, 2000, p.79). Outrossim, “com o apoio da União Municipal dos Estudantes Secundaristas, iniciou-se a formação dos grêmios estudantis nas escolas”(p.79). Dessa forma, diretores, professores, pais de alunos, alunos, merendeiras, etc., enfim, toda a comunidade escolar teve legitimado o seu direito à voz e voto nos conselhos de escola.

Contudo, a implementação dessas mudanças na escola não foi e não é um processo fácil, esbarrando em várias dificuldades. A maior delas talvez seja falta de cultura democrática da sociedade política brasileira, o que tem reflexos diretos no modo como atuamos e vivenciamos a escola pública. Gestores acostumados a apenas receber ordens dos diversos níveis hierárquicos dos governos; professores que não confiam nos pais dos alunos e vice-versa, etc., são apenas alguns exemplos.

### **A formação permanente do educador e a construção coletiva do currículo**

Em relação à formação permanente do professor, um princípio se destacou na gestão de Freire: “O educador é o sujeito de sua prática, cumprindo a ele criá-la e recriá-la” (FREIRE, 2000a, p.80). Dessa maneira, “o programa de formação de educadores é condição para o processo de reorientação curricular da escola” (p.80).

Como consequência, a mudança curricular que essa gestão procurou realizar não foi mais um pacote de programas que a educação está tão acostumada a receber, e sim uma tentativa de construção coletiva de currículos que realmente estivessem ligados aos interesses da comunidade de cada escola. Um currículo mais democrático, que levasse em conta “o saber de experiência feito” de professores e de alunos. E não simplesmente um currículo que utilize modelos prontos e formais de disciplinas e formas de avaliação que desprezam completamente esse saber. Assim, além da valorização da participação do professor, o currículo deve respeitar (p.42):



... a forma de estar sendo de seus alunos e alunas, seus padrões culturais de classe, seus valores, sua sabedoria, sua linguagem. Uma escola que não avalie as possibilidades intelectuais das crianças populares com instrumentos de aferição aplicados às crianças cujos condicionamentos de classe lhes dão indiscutível vantagem sobre aquelas.

Várias medidas foram tomadas com esses objetivos, tais como a ênfase na formação do professor que se faz na própria escola, seja através de pequenos grupos ou de grupos maiores, resultantes do agrupamento de escolas próximas. Este trabalho consistia no "...levantamento de temas de análise da prática que requerem fundamentação teórica e a reanálise da prática pedagógica considerando a reflexão sobre a prática e a reflexão teórica" (p. 81). O próprio Paulo Freire teve o empenho de se encontrar pessoalmente com diretoras, coordenadores pedagógicos e com as professoras das grandes áreas da cidade para melhor explicitar a política pedagógica desta gestão. Outras atividades foram a realização de plenárias pedagógicas, grandes encontros que ocorriam aos sábados entre dirigentes da Secretaria Municipal de Educação de diferentes instâncias e a comunidade.

### **Considerações finais**

Como anunciamos na abertura, a intenção maior dessa reflexão não foi produzir uma análise teórica do pensamento freireano, mas, antes, resgatar a partir da sua atuação como gestor público da educação, a centralidade de uma concepção substancial de democracia; concepção essa que se expressou não apenas nos

seus textos teóricos, mas na sua práxis concreta como educador e gestor da educação. Para Freire, a democratização da sociedade é indissociável da democratização de nossas teorias e práticas pedagógicas, na medida em que o acesso democrático à educação se constitui como um importante instrumento de resgate da cidadania e que reforça o engajamento do cidadão nos movimentos sociais que lutam pela melhora da qualidade de vida e pela transformação social; um pressuposto para uma sociedade e uma escola mais democrática, humana, ética e fraterna.

### **Referências Bibliográficas**

BOBBIO, Norberto. 1994. Liberalismo e Democracia. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense.

BORON, Atilio A. 2000. “Democracia e Neoliberalismo: história de uma relação infeliz”. In: AZEVEDO, José Clovis de. GENTILI, Pablo et al. (Orgs.). Utopia e Democracia na Educação Cidadã. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/Secretaria Municipal de Educação.

CASTORIADIS, Cornelius. 1985. Os Destinos do Totalitarismo. Tradução: Zilá Bernd e Élvio Funck. Porto Alegre: L&PM Editores.

COUTINHO, Carlos Nelson. 1999. “Democratização como valor universal”. In: BOCAYUVA, Pedro Cláudio Cunha. VEIGA, Sandra Mayrink (orgs.). Afinal, que país é este ? Rio de Janeiro: DP&A Editora. (O Sentido da Escola)

FREIRE, Paulo. 1981. *Pedagogia do Oprimido*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. 1994. *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do oprimido*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

\_\_\_\_\_. 1996. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra. (Coleção Leitura)

\_\_\_\_\_. 2000a. *A Educação na Cidade*. 4.ed. São Paulo: Cortez.

\_\_\_\_\_. 2000b. *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora UNESP.

\_\_\_\_\_. 2001. *Política e Educação*. 5ª ed. São Paulo: Cortez. (Coleção Questões da Nossa Época; v.23)

LIMA, Licínio C. 2000. *Organização escolar e democracia radical: Paulo Freire e a governação democrática da escola pública*. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire. (Guia da escola cidadã; v. 4)

OLIVEIRA, Inês Barbosa de. 2000. "Sobre a democracia." In: OLIVEIRA, Inês Barbosa de.(org.). *A democracia no cotidiano da escola*. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE. (O Sentido da Escola)

